

Alberto Iszlaji Junior

Historiador; mestrando em Comunicação, pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul
– USCS.

“Una historia tiene su puerta escondida,/ y otra historia junta manos para abrirla./ Y mientras se pesan balanzas distintas,/ la verdad espera su hora de justicia”. Este fragmento de um poema de Manuel Capella, chamado “Quemando mentiras”, é uma das epígrafes que abre o texto deste livro que será aqui analisado, e ela dá a dimensão do que se encontra na obra, pois, ao trabalharem a memória das ditaduras da América Latina, os autores questionaram se houve justiça para as pessoas que sofreram com esses regimes. *Memória, verdade e justiça: as marcas das ditaduras no Cone Sul*¹ (Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2011, 296 páginas), foi organizado por Enrique Serra Padrós, Cármen Lúcia da Silveira Nunes, Vanessa Albertinence Lopez e Ananda Simões Fernandes.

A coletânea não está dividida em capítulos, e sim em quatro partes: (I) “O sequestro de crianças no Cone Sul”; (II) “Memórias da resistência no Rio Grande do Sul”; (III) “Memória, verdade e justiça”; e, por fim, (IV) “Estado e políticas de memória”. Em cada uma dessas partes, há artigos que oferecem uma discussão acerca das ditaduras militares na América Latina e depoimentos de pessoas que estiveram diretamente envolvidas com o período.

Este livro é fruto de um seminário internacional homônimo, realizado entre 30 e 31 de março e 1º de abril de 2011. Os organizadores contaram com a parceria da Escola do Legislativo Deputado Romildo Bolzan/ALRS, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Memorial do Rio Grande do Sul, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do Teatro de Arena e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. O material elaborado é formado por livro eletrônico, disponível gratuitamente, e CD com músicas do cantor e compositor Raul Ellwanger, que também se apresentou no seminário.

A obra tem a intenção de chamar a sociedade para conhecer uma parte da história dos regimes militares da América do Sul, que Estados neles envolvidos tentaram apagar. Para isso,

¹ PADRÓS, Enrique Serra; NUNES, Cármen Lúcia da Silveira; LOPEZ, Vanessa Albertinence & FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). *Memória, verdade e justiça: as marcas das ditaduras do Cone Sul*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2011. 296p. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/escola/LinkClick.aspx?fileticket=nqXCDEEgc94%3d&tabid=2333>>. Acesso em: 26 de abril de 2012.

Livro virtual resgata a memória das ditaduras no Cone Sul

Virtual book rescues the memory of the dictatorships in the Southern Cone

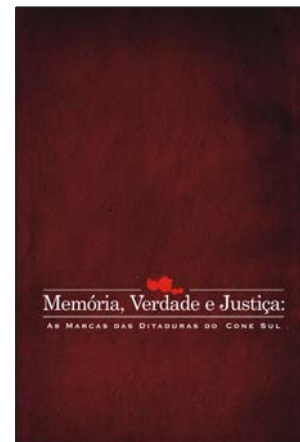
foram convidados mães e filhos de ex-combatentes, a fim de contarem as suas histórias de vida, e também pesquisadores com o propósito de discutirem a função da memória como agente fundamental para a construção de uma democracia de direito legítima. Também foram convidados as *abuelas de Plaza de Mayo*, representadas por Estela de Carlotto, Nadine Borges, assessora da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, e Edson Teles, um integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

O assunto “ditaduras militares na América Latina” tem suscitado longas discussões, e a memória cumpre uma função importantíssima, já que muitos dos documentos oficiais não estão disponíveis para consulta. Nesse sentido, a obra aqui analisada tenta contribuir com mais um espaço para a discussão dessa temática. Será visto que a memória das pessoas ligadas a esse período é o pilar principal do livro, é a partir dela que surgem os outros assuntos abordados pela obra. Embora o espaço produzido provoque mais discussões sobre a construção da memória e a utilização dela como método histórico, o livro não articula bem essas discussões.

Com isso, entra-se na Parte I, “O sequestro de crianças no Cone Sul” e, logo de início, há uma discussão e uma apresentação da forma como eram vistas as crianças, pelos órgãos repressores, e como eram sequestradas e subtraídas as suas identidades, observando-se que muitas delas foram entregues a policiais ou pessoas próximas aos torturadores, que as adotavam. Registra-se que, por vezes, as mais velhas eram mortas.

Para analisar esses casos, a autora Ananda Simões Fernandes utilizou-se da metodologia da história do tempo presente, mesmo que seja baseado na memória dos entrevistados, mas o processo de lembrança e esquecimento, segundo a autora, é muito influenciado pelo momento vivido e pela conjuntura que permite ao entrevistado falar abertamente.

Ainda segundo a pesquisadora, quando um cidadão vivenciava a repressão do Estado, dificilmente ele prestava queixa, pois temia que sofresse uma punição ainda maior. Assim, ela demonstrou como a sistemática do terror foi aplicada: sequestro, tortura, assassinato e desaparecimento, todos realizados



Livro virtual resgata a memória das ditaduras no Cone Sul

clandestinamente. Dessa forma, a família do desaparecido não encontraria indícios, uma vez que seu ente nunca foi oficialmente preso pelo Estado, aspecto que se configura como uma das maiores dificuldades para encontrar os corpos desses desaparecidos e o paradeiro de seus eventuais filhos.

Vê-se que a discussão apresentada pela Ananda Simões Fernandes é pertinente, pois o leitor consegue compreender minimamente a forma de funcionamento da prisão das crianças e de como isso influenciou suas vidas; também é importante por apresentar o trabalho de entidades que buscaram o paradeiro de seus entes. Toda essa discussão prepara o leitor para os testemunhos que seguem.

Dentre os depoimentos que compõem a obra, alguns são muito emblemáticos para a compreensão da publicação, sendo um deles o depoimento de Camilo Casariego Celiberti. Ele veio do Uruguai com a mãe e a irmã, fugindo da ditadura em seu país, quando os três foram presos pela polícia brasileira em conjunto com a uruguaia em meio a “Operação Condor”². Camilo, sua irmã e mãe estavam sendo levados de volta ao seu país natal quando, por uma denúncia de um jornal, o caso teve repercussão internacional e todos foram liberados.

Durante o seu relato, Camilo apresentou uma interessante discussão sobre os efeitos deste ocorrido na vida dele e como isso influenciou a sua irmã, e indignou-se por o Estado não se responsabilizar pelos seus atos e tampouco os agentes torturadores.

Outro depoimento importante é o do Edson Teles. Veem-se algumas semelhanças com o depoimento de Camilo, pois ele também foi sequestrado enquanto criança, mas, diferentemente do depoimento anterior, ele e a sua irmã foram usados pelos agentes torturadores como chantagem para que seus pais fornecessem informações.

Um fato relevante é que a família Teles moveu uma ação declaratória contra o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra³ e, nesse processo, foi vitoriosa. O Estado teve de reconhecer que a família Teles foi vítima das torturas aplicadas por este homem. Edson afirmou que a sua família não tinha a intenção de mover uma ação por perdas e danos materiais e morais, mas que queria muito que o Estado reconhecesse que o Brilhante Ustra foi um torturador. Esse ato está mais ligado a uma responsabilidade social do que a uma punição apenas.

² A “Operação Condor” foi uma aliança político-militar entre vários países que viviam regimes militares na América Latina, como Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia e Argentina. O objetivo da aliança era coordenar a repressão aos opositores dessas ditaduras e eliminar lideranças de esquerda instaladas nesses países.

³ Carlos Alberto Brilhante Ustra foi major do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna). Ele foi responsável pelas torturas realizadas nos pais de Edson Teles.

O depoente trouxe uma longa discussão sobre como o Estado democrático brasileiro, hoje, não julga e se esforça para evitar que os agentes repressores/torturadores assumam a responsabilidade por seus atos. Ele citou o processo contra o Brasil na OEA⁴ em relação à Guerrilha do Araguaia, em virtude do qual o Estado brasileiro foi condenado a rever a sua Lei de Anistia, bem como falou do quanto essa situação foi traumática para ele e para os outros que participaram de todo esse terrorismo de Estado feito pelos militares.

Este depoimento é interessante por apresentar uma discussão em relação às leis de anistia criadas pelos Estados ditatoriais. No entanto, observa-se que é um assunto ainda recente na sociedade brasileira e do Cone Sul como um todo, porém essa discussão não atinge a grande massa, não tem a atenção das mídias, por isso é restrita. Nesse sentido, acredita-se que a obra contribui para expor essa situação, não obstante a consciência de que ainda é necessário difundir-la mais, levar para fora da academia esse assunto. O livro, aliás, já evidencia essa ambição também, ele se propõe a discutir as ditaduras juntamente com a sociedade civil, não apenas nas universidades.

Seguindo essa discussão, tem-se um artigo escrito por Enrique Serra Padrós, intitulado “O resgate do passado recente e as dimensões da luta pela verdade e justiça”, um texto mais teórico que discute a relação da memória com a sociedade. O autor trouxe a discussão sobre memória, afirmando que se trata de um assunto delicado, visto que memória e esquecimento podem gerar uma armadilha. Ele escreveu que “o ato de esquecer só pode ocorrer se houver uma memória anterior, algo lembrado, como esforço individual ou ação coletiva” (p. 186). Dessa forma, demonstrou que as ações efetuadas pelos Estados ditatoriais na América Latina estão guardadas em documentos aos quais os pesquisadores não têm acesso, de maneira que um cidadão que sofreu a tortura tem dificuldades em prová-la, pois faltam documentos que o comprovem.

De uma forma geral, a obra repete muito as mesmas discussões sobre a abertura dos documentos da ditadura e das legislações acerca da anistia, por exemplo, e se apoia bastante nos depoimentos para trazer essas discussões. Em relação aos relatos, constata-se que eles são importantes para a construção da memória sobre o período; entretanto, talvez por se tratar de um livro originado de um seminário, os depoimentos voltem sempre aos mesmos assuntos, mas, para a obra, essas discussões deveriam ter sido centralizadas. Portanto, acredita-se que a coletânea em referência contribui para a construção da memória sobre as ditaduras militares da América Latina, mas deveria ter dado mais ênfase ao referencial teórico sobre a utilização dessa memória e ter centralizado a discussão de certas temáticas.

⁴ Organização dos Estados Americanos.